

ADILSON CITELLI

TEMPO VIVIDO

Um depoimento sobre participação estudantil e resistência à ditadura

1

Em boa hora a ECA insere-se nos debates¹ acerca dos 50 anos do golpe civil-militar ocorrido no Brasil, período no qual esteve em vigência a mais longa ditadura conhecida pelo país em período republicano, alcançando o largo interregno de 21 anos (1964-1985). Fica, preliminarmente, um reconhecimento à direção da nossa Escola, que junto com docentes, discentes e funcionários tornou possível a rea-

¹ Evento que teve o título de: *50 anos depois: a resistência da ECA-USP à ditadura militar*, ocorrido no Auditório Paulo Emílio, da ECA-USP, no dia 8 de dezembro de 2014.

lização deste encontro. O momento, aliás, possui importante carga simbólica, pois veio à luz (em 10 de dezembro de 2014) o relatório final elaborado pela Comissão Nacional da Verdade, cujo exame devido certamente permitirá apreender novas dimensões dos chamados anos de chumbo. As centenas de mortos e desaparecidos, os milhares de presos, exilados, perseguidos, torturados, assim como os nomes dos algozes, colaboradores e assassinos a serviço da espúria aliança civil-militar, serão oficialmente apresentados pelo Estado brasileiro.

Um dos objetivos das instituições educativas é não tergiversar ou acobertar acontecimentos históricos relevantes, tenham eles as motivações ou implicações que tiverem, dando a conhecer a dinâmica dos fatos e buscando mais bem esclarecê-los. Em particular quando a matéria examinada concerne ao golpe de 1964, cujas cicatrizes permanecem abertas, provocando indagações que teimam em não apresentar respostas, legando ao país e às novas gerações um passado, sob inúmeros aspectos, ainda envolto no silêncio.

A ECA, pelas suas próprias características de unidade formadora nos campos da comunicação e das artes, lugares de produção de conhecimento que dizem respeito às complexidades e singularidades da informação, da cultura, das manifestações estéticas, tem na liberdade de expressão o seu compromisso mais significativo. Há, pois, incompatibilidade visceral entre os desígnios últimos de uma unidade educativa como a nossa – extensiva às congêneres – e a violência da censura, do cerceamento expressivo, do controle da informação, do regime de força encarnado no regime ditatorial.

Por diferentes caminhos, vários colegas da ECA vêm, ao longo do tempo, discutindo o período do qual nos ocupamos neste passo, envolvendo a produção de livros, filmes, peças de teatro, reportagens, exposições, recuperação de arquivos etc., ajudando a contar um episódio ainda pulsante na vida nacional. O encontro que aqui se concretiza pode ser visto neste contexto ao mesmo tempo revisional e de registro memorialístico.

Haja vista o caráter de recuperação histórica que nos foi solicitado e considerando a exiguidade do tempo concedido aos expositores, promovemos inflexão particular, procurando situar a ECA segundo um lugar discursivo específico: o de um aluno da velha Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, agora Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, cujo ingresso na USP ocorreu em 1968 e que mantinha, em decorrência das atividades no movimento estudantil, relações políticas com grupos de estudantes que incluíam os da Escola de Comunicações Culturais (ECC). Esse era o nome dado então à nossa Escola de Comunicações e Artes.

Aqui não se pretende empreender um reencontro fino dos episódios decenais, mas situar poucas questões capazes de contribuir para os propósitos que ensejam o presente seminário. Como abordamos o passado recente, é imperioso que as trocas de ideias e informações sejam vistas em seu *continuum* histórico, no qual ao se tratar do ontem, seja possível pensar o hoje e prospectar o amanhã.

2

O período da ditadura, sobretudo tendo em vista o recorte de nosso maior interesse, foi pensado em dois momentos: o primeiro entre 1968-1970 e o segundo, de 1972-1975². E aí, conquanto não apenas, o cenário evidenciado trazia consigo os contornos da barbárie que transformou a estapafúrdia ilegalidade do golpe *manu militari* em paradoxal legalidade forjada por sucessivos atos institucionais exarados na calada da noite ou à meia luz dos gabinetes ministeriais que nunca marcavam hora com a democracia e a representação popular. O édito à moda do AI-5 (13 de dezembro 1968), um diploma que proclamava o golpe dentro do golpe, emanado, aprovado e praticado pelo contubérnio entre militares conspiradores, tecnocratas invertebrados (muitos originários da nossa Universidade³), empresários prontos para colaborar com os esquemas repressivos, senhores de terras e gentes, classes médias liliputianas e oportunistas do mais amplo espectro, funcionava como exemplo do estoque de arbitrarie-

² O interregno de dois anos indica um período em que estivemos fora da Universidade de São Paulo.

³ Luís Antônio da Gama e Silva e Alfredo Buzaid foram professores da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, além de reitor, o primeiro; o segundo exerceu por algum tempo a função de vice-reitor. Ambos desempenharam o papel de ministros da Justiça no período mais duro do governo militar. Gama e Silva (1967-1969) redigiu e defendeu com fidelidade canina o AI-5, do mesmo modo contribuiu na elaboração da lista dos professores que deveriam ser demitidos da USP. Buzaid (1969-1974) deu seguimento à tenebrosa obra do antecessor. Delfim Neto, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, assumiu o Ministério da Fazenda (1969-1974), de quem o jornal *O Globo*, de 18 de dezembro de 1968, reproduziu a seguinte declaração: “Delfim Neto. Ato 5 elimina obstáculos ao desenvolvimento”. A manchete esclarece o lado da trincheira escolhida pelo honorável docente. A interpretação acerca dos sentidos permitidos por “elimina obstáculos” fica a cargo do leitor. Sobre as relações de professores da USP com a ditadura ver ADUSP (2004), cuja publicação original ocorreu em 1978, sob o título: *O livro negro da USP. O controle ideológico na Universidade*.

dades posto a serviço do regime visando a construir a sua pretensa legitimidade.

Neste cenário, o movimento estudantil foi brindado em 26 de fevereiro de 1969 com o decreto-lei 477, alcunhado de “AI-5 das Universidades” – malgrado extensivo a outros níveis de ensino. Tal documento previa a punição de funcionários, alunos e professores que, de alguma forma, pudessem associar-se a procedimentos considerados contrários aos interesses do regime instituído. As penas alcançavam funcionários e professores com a demissão – os segundos ficavam impedidos de trabalhar em qualquer instituição de ensino brasileira pelo período mínimo de cinco anos –, e alunos com a expulsão e proibição de estudar em Universidades, obedecido o prazo mínimo de três anos⁴.

No bojo deste crescendo autoritário, parte do movimento estudantil estava envolvida na luta contra os mecanismos repressivos do

⁴ O despropósito era de tal ordem que o próprio ministro da Educação e Cultura do governo Médici, Jarbas Passarinho – também ele aplicador do decreto –, o considerava a “terceira lei de Newton depravada”. Ou seja, a ação política desenvolvida nas instituições de ensino não correspondia à violência da reação encarnada no decreto-lei 477. É ainda do mesmo ministro a afirmativa segundo a qual o decreto representava o “corolário do teorema”, vale dizer, se tratava de um desdobramento do draconiano AI-5 (o teorema) para o mundo da educação formal. Os processos a serem abertos contra os acusados deveriam ter trâmite de máxima brevidade. E proclamava em seu artigo 3º o que pode, talvez, representar o recorde nos ritos conhecidos pelo direito universal, visto que em poucas horas o acusado deveria apresentar a sua defesa, assim como a documentação, sob a forma de relatório final, encaminhada às autoridades correspondentes no prazo máximo de 20 dias: “O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá às diligências convenientes e citará o infrator para, no prazo de quarenta e oito horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de noventa e seis horas”. O decreto 477 foi publicado no governo Costa e Silva (15/3/1967 - 31/8/1969), quando eram ministros da Justiça, o professor da USP, Luís Antônio da Gama e Silva, e da Educação, Tarso Dutra.

regime – estruturados em torno da chamada Estratégia/Doutrina de Segurança Nacional. Tal concepção teve como uma de suas inspirações a Doutrina da Guerra Revolucionária formulada por oficiais do exército francês para combater, nos anos 1950, as lutas de independência do povo argelino. Convém recordar que um dos procedimentos balizadores dos militares franceses na empreitada africana era o de torturar os prisioneiros políticos para obter informações que levassem ao desbaratamento da rede de resistência à invasão colonial.

A luta desigual, acompanhada de prisões, sevícias e mesmo eliminação física de estudantes, fez com que sequência importante do combate à ditadura ganhasse outros contornos e formas de organização, inclusive a luta armada. Muitos alunos da USP ou se engajaram de modo mais decisivo nos partidos políticos considerados clandestinos ou permaneceram buscando brechas para enfrentar, por diferentes vias, o aparelho repressivo do regime militar.

A nossa Escola, para nos restringirmos a ela, – e conforme seguíamos e participávamos dos desdobramentos políticos que se processavam no interior da Universidade – sofreu todas as consequências da estratégia do terror implantada pela ditadura, sobretudo no período que acima delimitamos. E, nela, também, ocorreram as cassações, prisões, tortura e morte, a exemplo dos professores José Marques de Melo, Jean Claude Bernardet, Sinval Medina, José Freitas Nobre, Thomas Farkas, Jair Borin, Paulo Emílio Salles Gomes, cujas carreiras foram prejudicadas por formas diretas ou indiretas dos mecanismos discricionários que sobre cada um deles teve impactos particulares. A tais casos poderiam ser associados vários outros

de docentes cujas contratações entraram no *index prohibitorum* ou foram simplesmente descontinuadas graças à ação das instâncias que exerciam o controle ideológico na USP, muitas vezes baseadas na própria reitoria⁵.

O evento mais radical e dramático dos casos assinalados, pelo seu desfecho, envolveu a prisão, tortura e morte de Vladmir Herzog, membro do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA, onde ministrava aulas de Jornalismo Televisionado, e diretor de jornalismo da TV Cultura, assassinado, aos 38 anos de idade, nas dependências do DOI-CODI. E isto após haver se apresentado voluntariamente aos militares que comandavam aquela casa de horrores localizada à Rua

⁵ Assunto ainda delicado no âmbito da nossa instituição e a ser mais bem esclarecido, malgrado sobre ele existirem documentos, como no citado *O controle ideológico na USP* (ADUSP, 2004); o relatório da *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”*; o especial da Revista ADUSP de número 13 (ELIAS, 1998); as indicações da Comissão da Verdade da USP, transcritas parcialmente pelo *Jornal do Campus* (THEODOR, 2014). Depoimentos versando a presença de informantes do aparelho repressivo dentro da USP, logo após golpe de 1964, podem ser consultados na série de três vídeos organizados pela FAPESP, com o título, *O golpe na academia*, em que professores perseguidos e demitidos deram o seu testemunho (O GOLPE, 2014). Vários destes documentos, em particular após a edição do AI-5, deixam claro como passou a funcionar, a partir de sua criação em 23 de maio de 1973, a Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), que sentava praça no próprio gabinete do reitor, com vínculos junto à Divisão de Segurança e Informação do MEC (ASIs), e do Serviço Nacional de Informação (SNI). A desditosa assessoria era composta, também, por pessoas que não estavam, necessariamente, vinculadas aos quadros profissionais da Universidade e tinha o propósito básico de vigiar docentes, estudantes, funcionários e atividades variadas. Ademais dedicava especial afincamento a obstar a contratação ou recontração de professores e funcionários não alinhados aos desígnios do regime vigente. Dois exemplos deste monitoramento envolvendo a nossa Escola. A V Semana de Estudos de Jornalismo da ECA, ocorrida em 1973, foi acompanhada pela AESI resultando em relatório detalhando a programação, a listagem dos participantes, etc. Outro caso diz respeito ao curso de férias oferecido pelo dramaturgo Lauro Cesar Muniz, em 1973. A AESI chegou mesmo a interferir nas referências bibliográficas, assinalando e reprovando textos sobre lógica e dialética de autoria do teórico marxista francês, Henri Lefebvre. Há, neste documento, uma curiosa anotação, certamente para desabonar o ministrante do curso, indicando o fato de ter ele assinado manifesto contra a censura, em 1968.

Tomás Carvalho, 1030, no bairro – máxima ironia –, do Paraíso, às oito horas da manhã do dia 25 de outubro de 1975, um sábado, para prestar esclarecimentos sobre as acusações de que a TV Cultura estaria sob a influência comunista⁶. Sete horas depois, por volta das 15 horas, Vladimir Herzog estava morto dentro de um organismo vinculado ao II Exército, logo, um próprio do Estado. À época, os dirigentes da USP e da ECA, em revelador sinal dos tempos, não se dignaram, sequer, a enviar manifestação de pesar à família do professor seviciado e morto.

A Comissão da Verdade da USP, cujo relatório final conhecerá futura publicação⁷, já arrolou 664 discentes, docentes e funcionários que, de algum modo, foram perseguidos pela ditadura (entre 1964 e 1985), muitos, como os acima arrolados, pertencentes aos quadros de nossa Escola.

⁶ O assassinato de Vladimir Herzog ocorreu no bojo de uma campanha difamatória capitaneada nas páginas do extinto *Shopping News* pelo jornalista Cláudio Marques. Para ele, o Departamento de Jornalismo da TV Cultura deveria ter o nome de Televisão Vietnam Cultura de São Paulo, ou, simplesmente, TVVietcultura, sendo o seu diretor, Vladimir Herzog, acusado de envolvimento em atividades esquerdistas. E deputados estaduais, notoriamente vinculados à ditadura, davam andamento ao clima macartista utilizando a tribuna da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para denunciar as “atividades comunizantes” da emissora. Tais manifestações policiais contribuíram de maneira decisiva para o trágico desfecho envolvendo o professor da ECA. É esclarecedor consultar a íntegra do discurso acusatório proferido na ALESP pelo deputado da ARENA, Wadih Helou, com apartes do correligionário José Maria Marin. Sobre o episódio ver os artigos escritos pelo colunista Juca Kfourir: KFOURI (2013, 2016).

⁷ O relatório final da Comissão da Verdade da USP foi entregue ao reitor Vahan Agopyan em 21 de março de 2018. Composto por dez volumes, o material apresenta relatos e documentos que esclarecem fatos ocorridos de 1964 a 1985 no âmbito da Universidade (N. do E.).

3

Em balanço rápido e com viés apenas indicativo é possível verificar que o combate ao regime de exceção aconteceu na ECA (e em outras unidades da Universidade de São Paulo) a partir do cruzamento de algumas variáveis.

A primeira substanciada na resistência direta dos docentes, discentes e funcionários seja tomando atitudes que confrontavam os óbices à liberdade de expressão e manifestação resultantes da fantasmagoria jurídica traduzida nos atos institucionais ou nos procedimentos dos próprios órgãos dirigentes da USP (coniventes com os requisitos do regime ditatorial, ou mesmo exacerbando-os, cuja comprovação pode ser obtida em consultas às atas e portarias produzidas no período⁸), seja através do engajamento junto às organizações da sociedade civil que se opunham ao autoritarismo, seja

⁸ Um dos casos mais vergonhosos diz respeito ao parecer da comissão processante aberta para apurar a ausência da professora Ana Rosa Kucinski das aulas que ministrava junto ao Instituto de Química. A referida comissão, escolhida pelo então reitor da USP, Orlando Marques de Paiva, nos inícios de 1975, chegou à conclusão de que a docente deveria ter o contrato suspenso, vale dizer, ser demitida, por “abandono de função”. E mesmo sendo de amplo conhecimento que Ana Rosa havia sido sequestrada e presa, no dia 22 de abril de 1974, pelos agentes da ditadura. A reunião da Congregação do Instituto, em outubro de 1975, portanto quase um ano depois do desaparecimento da professora, acatou, por ampla maioria (13 a favor e dois em branco), a decisão final constante do parecer. Segundo informado pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade, Ana Rosa não apenas foi detida, como torturada e morta. É uma das muitas vítimas do regime militar cujo corpo nunca foi encontrado. Sobre o episódio, além de outros documentos como o citado relatório, consultar o livro semificcional *K*, do professor aposentado da ECA, Bernardo Kucinski (KUCINSKI, 2016). Em reunião de 17 de abril de 2014, após quase quarenta anos, por unanimidade, a Congregação do Instituto de Química reviu a decisão e declarou nula a sessão de 1975, cancelando a demissão da docente. A se observar que desde 20 de julho de 1995 havia ordem do então reitor da USP, Flávio Fava de Moraes, no sentido de sustar a exoneração e restaurar a verdade histórica no prontuário da professora.

pelo envolvimento com partidos e grupos de militância considerados clandestinos.

A segunda advinda da própria representação simbólica do espaço da ECA, animada pelas distintas estratégias de luta e resistência que conheciam extensão nas salas de aula, no centro acadêmico, nos espetáculos teatrais, nas sessões de cinema, em ações de estudantes, funcionários e professores, tendo em mira a ampliação dos espaços democráticos.

Last but not least a oposição da comunidade ecaana aos prepostos da ditadura, muitas vezes abrigados nos próprios órgãos diretivos da Escola. Acerca deste ponto é ver a demorada greve decretada pelos alunos da ECA, iniciada em 16 de abril de 1975, que se prolongou por setenta e três dias, cujo objetivo central consistia na demissão do diretor Manuel Nunes Dias, um notório sabujo da ditadura⁹, com vasta folha corrida no tangente à perseguição de discentes e docentes, cujo estoque de vilanias podia alcançar até mesmo a instrumentalização de bancas acadêmicas visando a reprovar professores.

⁹ Sobre este episódio e seus desdobramentos, consultar as edições de número 33 e 53 da Revista ADUSP. Neste último, há o depoimento de Diléa Frate, que mal havia iniciado a docência na ECA, como professora assistente em fase de contratação, quando em 17 de outubro de 1975 foi presa juntamente com outros jornalistas acusados de vínculos com o PCB, sendo solta no dia 25. Segue o seu relato: “Recebi um recado para que, ao voltar à ECA, antes de qualquer coisa, passasse pela sala do diretor. Estava amedrontada com tudo o que enfrentara na prisão, inclusive as torturas, e obedeci. O diretor Manuel Nunes Dias, que me conhecia e com quem eu tivera uma boa convivência como aluna, me passou um ‘sabão’, dizendo que jamais me imaginara uma comunista, que eu o enganara, que tinha destruído minha carreira universitária, que saísse imediatamente dali” (VICENTINI, 2012, p. 58). Ou seja, um caso raro de demissão verbal “sem trâmite”, sem direito a qualquer apelação legal, traduzindo tão somente um ato de vontade autoritária de quem tinha a mais absoluta certeza de contar com proteção dentro e fora da USP.

É de amplo conhecimento o episódio envolvendo Sinval Freitas Medina, que ministrava aulas no Departamento de Jornalismo, e teve o seu contrato suspenso por não haver logrado aprovação junto à banca de qualificação para o mestrado. Frente ao que se evidenciou uma flagrante injustiça e um claro ato persecutório com digitais de Manuel Nunes Dias, pediram demissão os professores Cremilda Celeste de Araújo Medina, Paulo Roberto Leandro e Walter Sampaio, chefe do Departamento, como gesto de solidariedade ao descalabro que resultou na suspensão dos vínculos funcionais do professor Sinval. Diante destas ocorrências foi desencadeado o processo grevista, que se desdobrou em manifestações estudantis para além da USP¹⁰, a exemplo da Federal Fluminense. Seis meses depois e sem a concretização da requisitada demissão do diretor, adveio o assassinato de Vladmir Herzog, que não apenas aumentou o nível de mobilização do movimento estudantil, como outros setores da sociedade civil passaram a exercer pressão mais incisiva sobre o regime militar (a exemplo da greve desencadeada pelos operários da Scania, em São Bernardo do Campo, em 12 de maio de 1978¹¹) contribuindo para ampliar os caminhos que levariam ao movimento das diretas já.

¹⁰ No referido número 33 da Revista ADUSP é possível ler uma sintomática afirmativa do general Ednardo D'Ávila Mello, então comandante do II Exército (sob cuja jurisdição ocorreram, nas mesmas circunstâncias de “suicídio por estrangulamento”, os assassinatos de Herzog e, três meses depois, no dia 17 de janeiro de 1976, no DOI-CODI, do operário Manuel Fiel Filho): “A ECA é, no momento, o principal foco de agitação na USP” (CHRISPINIANO; FIGUEIREDO, 2004, p. 66).

¹¹ Foi a primeira paralisação desta magnitude – participaram três mil funcionários da fábrica –, ocorrida depois da promulgação do AI-5, em longo interregno de quase dez anos.

4

A despeito deste quadro, é importante lembrar que a USP foi um dos principais centros de resistência ao regime ditatorial no Brasil. Daqui saíram pessoas que junto com outros segmentos sociais engrossaram as lutas contra o golpe de 1964 e seus posteriores encaminhamentos. As maneiras de promover tal oposição conheceram diferentes dinâmicas, táticas, estratégias e compreensões. E no bojo deste processo em que, conforme procuramos mostrar, a ECA também jogou o seu papel, foi possível percorrer o difícil e tortuoso caminho para reconstruir a democracia no país.

Neste final do ano de 2014, em que tenebrosas vozes pedem a volta dos militares ao poder, é imperioso estar atento e forte para que o ovo da serpente e seus cavernosos arroubos nostálgicos do autoritarismo, censura e intolerância, não venham a gerar novos ciclos de terror protegidos pelo Estado.

Por esta ótica, parece importante que a nossa Escola continue exercendo o seu papel educador, tendo como referência uma história de envolvimento e compromissos com o exercício democrático, com a liberdade de expressão e manifestação, realizando as pesquisas acadêmicas nos campos da comunicação e das artes e franqueando o mais amplo intercâmbio de ideias.

8 de dezembro de 2014

ADILSON CITELLI é professor titular junto ao Departamento de Comunicações e Artes da ECA-USP, atuando em nível de graduação e pós-graduação. Realiza pesquisas e orienta mestrados e doutorados nos âmbitos da comunicação e educação, educomunicação, comunicação e linguagem. Foi chefe do Departamento de Comunicações e Artes, coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da ECA, membro do Comitê de Avaliação da CAPES e membro do Comitê Assessor de Comunicação do CNPq. Pesquisador 1B do CNPq. É autor de inúmeros artigos e livros, dentre estes: *Linguagem e persuasão* (Ática, 1994); *Comunicação educação: a linguagem em movimento* (SENAC, 2000), *Palavras, meios de comunicação e educação* (Cortez, 2006), *Imagens do professor na mídia* (Org.; Paulinas, 2012); *Dicionário de comunicação. Escolas, teorias, autores* (Org. com Maria Immacolata Vassallo Lopes, Maria Aparecida Baccega, Vera França e Christa Berger; Editora Contexto, 2014).

Referências

ADUSP. *O Controle Ideológico na USP: 1964-1978*. São Paulo: ADUSP, 2004. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/files/cadernos/livronegro.pdf>>.

CHRISPINIANO, J; FIGUEIREDO, C. “A ECA é o principal foco de agitação da USP”. *Revista ADUSP*, São Paulo, n. 33, p.63-68, out. 2004, Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/files/revistas/33/r33a10.pdf>>.

ELIAS, B. A USP nos Arquivos do DOPS. *Revista ADUSP*, São Paulo, n. 13, p. 6-19, abr. 1998. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/files/revistas/13/r13a01.pdf>>.

KFOURI, J. Os discursos de Marin. In: *Blog do Juca Kfour*. 26 jun. 2012. Disponível em: <<https://blogdojuca.uol.com.br/2012/06/os-discursos-de-marin>>.

KFOURI, J. O áudio dos discursos de Marin. In: *Blog do Juca Kfour*. 29 abr. 2013. Disponível em: <<https://blogdojuca.uol.com.br/2013/04/o-audio-dos-discursos-de-marin/>>.

KUCINSKI, B. K - *Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014

O GOLPE na Academia, 2014, 91 min 80 s, color. Canal da Revista FAPESP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XCSAj4A8j9o&list=PLA8UMWZFXGJki-Ck5_-6CEetnvw2xVAcDm>.

THEODOR, J. Faltam recursos à Comissão da Verdade. *Jornal do Campus*, São Paulo, 28 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2014/03/faltam-recursos-a-comissao-da-verdade/>>.

VICENTINI, B. ECA de Manuel Dias e Helda Barracco apagou os vestígios de Herzog. *Revista ADUSP*, São Paulo, n. 53, p.55-60, out. 2012. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/files/revistas/53/mat08.pdf>>.